

Notas sobre o processo de ambientalização do lixo em Porto Alegre/RS¹

Indira Nahomi Viana Caballero
(PPGAS-MN/ UFRJ)

Resumo: O governo da prefeitura de Porto Alegre (RS) desenvolveu no começo da década de 90, o projeto de “Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”, do qual fazia parte a Coleta Seletiva, cujo propósito era atuar junto às causas dos problemas do lixo e não apenas em relação às suas conseqüências, posto que o lixo domiciliar teria de ser classificado em “orgânico” e “seco” na sua origem. Desde a perspectiva da instituição, tal proposta não se encerrava em si mesma, mas devia ser entendida como um “mediador num processo amplo e profundo de educação ambiental”. Também fazia parte do gerenciamento integrado o projeto das Unidades de Triagem (inicialmente chamadas de Unidades de Reciclagem). Esse consistia na organização de pessoas que antes catavam nos lixões a céu aberto — os quais foram transformados em aterros sanitários onde se tornou proibida a catação — formando grupos autogestionários que trabalhavam especificamente com a triagem manual do lixo seco proveniente da coleta seletiva. Assim, tomando como base os dados coletados através de pesquisa etnográfica (realizada entre janeiro e junho de 2007), o objetivo deste trabalho consiste em tecer algumas relações entre o conjunto habitacional Santa Terezinha, cuja maioria dos moradores trabalha com a coleta e/ou triagem de materiais recicláveis, e essa visão “ambientalizadora” da prefeitura sobre o lixo.

Palavras-chave: ambientalização, lixo, papeleiros.

* * *

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre executa os serviços de limpeza da cidade através do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). Segundo DMLU (1991*), até alguns anos atrás a maior parte da disposição do lixo produzido no Brasil era feita sem nenhuma consideração sobre o seu impacto ambiental nas áreas destinadas para depósitos a “céu aberto” (locais que não recebem qualquer tipo de controle e/ou tratamento sobre o lixo e, portanto, sobre seu potencial poluidor) e “aterros controlados” (espaços que recebem a

¹ “Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil”.

cobertura de material inerte, o que diminui o mau cheiro e a reprodução de organismos e insetos indesejados). Apenas em vinte por cento dos casos se fazia o uso de “aterros sanitários”, ou seja, obras planejadas segundo critérios e normas de engenharia ambiental com o objetivo de controlar a poluição ambiental assegurando a saúde pública.

Pouco depois da posse da “Administração Popular”, assim chamada pelo Partido dos Trabalhadores sua gestão na Prefeitura de Porto Alegre², o espaço das duas áreas destinadas para o armazenamento de todo lixo da cidade estava com sua capacidade quase esgotada. Essa situação contribuiu para que a disposição ou destino final do lixo se transformasse numa das principais preocupações do DMLU. Contudo, a solução para tal questão tinha que ser devidamente estudada para que não houvesse problemas resultantes da decomposição de lixo devido ao seu acúmulo não controlado e planejado³ (DMLU, 1991).

Então, a partir do esgotamento de espaços destinados para o armazenamento do lixo, da possibilidade de reaproveitamento de uma série de materiais que integravam o lixo resultando em rendimentos econômicos e da catação desses materiais que expunha os catadores a riscos nos “lixões”, a Administração Popular mudou “radicalmente a realidade da disposição do lixo” na cidade, considerando mais de um método como solução para a questão (DMLU, 1991).

Segundo Fritsch (2000), em 1990 a situação em torno dos resíduos era tão grave que o então prefeito decretou estado de calamidade pública em Porto Alegre⁴ devido à falta de um espaço onde o DMLU pudesse descartar o lixo. Nesse mesmo ano houve a criação do Código de Limpeza Urbana além de outras medidas que foram implantadas simultaneamente com o propósito de resolver as questões relacionadas ao lixo, o qual passava a ser visto cada vez mais como um problema pela administração municipal.

No entanto, não foi a primeira vez que as autoridades responsáveis pela administração da cidade e, conseqüentemente, por sua limpeza, tiveram preocupações semelhantes. A pesquisa histórica de Telmo Cardoso Costa que resultou na publicação intitulada “Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre” (1983), mostra que muitos anos

* Projeto de Coleta Seletiva do DMLU, 1991 (documento sem numeração de página).

² A gestão da Administração Popular na Prefeitura de Porto Alegre estendeu-se por quatro mandatos consecutivos, de 1989 a 2004.

³ Esses problemas seriam, por exemplo, a produção de chorume e gás metano. O chorume consiste num “líquido escuro com mau odor, proveniente da unidade natural do lixo, da água de constituição de vários materiais e do líquido resultante da dissolução de matéria orgânica pelas enzimas expelidas pelas bactérias. Este líquido, quando não drenado e tratado, escorre atingindo águas superficiais e se infiltra no solo, onde irá atingir águas subterrâneas. A descarga do chorume nas águas provoca a redução do nível do oxigênio nelas contido, podendo provocar muitos danos, inclusive a completa extinção da fauna e flora aquática”. E o perigo do gás metano é sua característica inflamável que, “em contato com o ar, pode formar uma mistura explosiva” (DMLU, 1991).

⁴ Através do Decreto nº 9696 de 02 de maio de 1990.

antes outros governos municipais já haviam realizado investimentos com o intuito de solucionar problemas relacionados à coleta de lixo e limpeza da cidade.

Sobre uma História da Limpeza Pública

No início do século XX, por exemplo, como solução para o problema do constante aumento da quantidade de lixo um forno destinado à sua incineração foi construído. Tal medida logo se mostrou insuficiente, pois com a incineração outra demanda era criada: uma área que servisse de depósito das cinzas resultante da queima do lixo. O terreno vizinho serviu temporariamente para isso, mas em seguida também se tornou insuficiente, fazendo-se necessária a aquisição de uma outra área (Costa, 1983).

Através da pesquisa de Costa podemos ver que na década de vinte técnicos municipais já indicavam métodos para o destino final do lixo. Desses, alguns eram classificados como “naturais”: o aproveitamento do lixo verde como adubo, o despejo nos grandes volumes de água, o aterro das depressões naturais ou resultados de antigas escavações, o simples depósito a céu aberto e a alimentação de porcos; e outros como “artificiais”: a triagem, também chamada separação, a incineração completa, a redução, por meio da qual era extraída toda a graxa contida no lixo, com aproveitamento agrícola do material residual resultante, e a trituração (Costa, 1983:17).

De acordo com Costa, a primeira vez que um trabalho técnico sobre coleta e destinação do lixo circulou em Porto Alegre foi em 1915. O artigo denominado “Saneamento das Cidades” foi publicado na Revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre, chamada “Egatea”, em seu nº 1, volume II, e seu autor era Benito Elejalde. É interessante notar que o vocabulário empregado pelo autor em tal artigo, como quando fala das “preocupações” que “a produção, collecta e destino” do lixo “ocasionam no mundo inteiro” (Elejalde, 1915:2), se assemelha àquele encontrado em DMLU (1993), entre outros registros, onde expressões como “geração de lixo”, “coleta” e “destino final”, são usadas com frequência⁵.

No mesmo trabalho, Elejalde faz referência à figura do “trapeiro”, aquele que revirava o lixo em busca de objetos de valor. O autor se remete a coleta de lixo em Paris, onde o lixo era vasculhado desde sua retirada de um ambiente domiciliar até que fosse coletado pelo serviço de higiene, para logo depois demonstrar sua desaprovação com relação a tais

⁵ Elejalde define aquilo que se designava por lixo: “resíduos de cozinha [...], cinzas de fogão, trapos, papéis, varreduras de casa e objectos fóra de uso, taes como sapatos, chapéos e entre nós, até mesmo, peças do vestuário. Uma tal mistura pela sua heterogeneidade de natureza é francamente putrecível e como tal não deve permanecer no domicílio onde se produz” (Elejalde, 1915:1).

personagens já que não considerava prioritária a questão do tratamento do lixo, mas o modo como a coleta era realizada.

Em 1925 houve a primeira tentativa de aproveitamento do lixo como adubo através de contrato assinado entre a Intendência e uma empresa que aproveitaria os resíduos de parte do lixo coletado e incinerado por um forno. Mas o acordo estabelecia que a Intendência Municipal construísse tal forno, o que não aconteceu por falta de recursos financeiros impossibilitando a concessão (Costa, 1983).

Mais tarde, em 1927, surgiu a possibilidade de aproveitamento do lixo como combustível, pela então Diretoria de Limpeza e Asseios Públicos, baseado em estudo sobre a queima de lixo urbano para a produção de energia elétrica. O engenheiro autor de tal estudo tinha como principal preocupação a “saúde pública” e propunha que “o primeiro cuidado das autoridades sanitárias” fosse “tornar obrigatório, para o lixo, o uso de caixas metálicas à prova de ratos, de forma que não possam ser abertas sem a intervenção do homem”. Essa medida seria usual, naquela época, “em Berlim, Zurich e New York, onde era condenado integralmente o método francês de permitir que trapeiros e papeleiros revolvessem o lixo, nas ruas, à cata de material aproveitável” (Costa, 1983:35).

Apesar da coleta regular e da incineração do lixo consistir em uma solução higiênica, para o autor do estudo essa ainda não se tratava de uma solução econômica. Por isso, propôs a adoção de cinco medidas: “a coleta de lixo em recipientes vedados a ratos; transporte do lixo em autocaminhões, estrada de ferro ou barco; incineração do lixo; transformação do calor resultante da combustão em energia elétrica ou em vapor; e, por fim, exploração comercial das escórias e cinzas resultantes da incineração, vendendo-as à agricultura e a outras indústrias”⁶ (Costa, 1983:35). No entanto, tais medidas não foram empregadas, pois era necessária a construção de dois fornos para a incineração do lixo, e a Diretoria de Limpeza e Asseios Públicos novamente não dispunha de fundos para o empreendimento.

Finalmente, na década de trinta, a Municipalidade acordou com uma empresa particular a coleta e o transporte do lixo com vantagens econômicas consideráveis, por influência da opinião dos técnicos que estudavam o tema e “propunham a aplicação, em Porto Alegre, dos métodos vigentes em Paris, onde a coleta era feita em quase sua totalidade por contrato com particulares e em único horário matinal” (Costa, 1983:40).

Assim, o trabalho de Costa (1983) mostra que no final dos anos trinta o lixo coletado em Porto Alegre poderia receber três destinos: aterramento de avenidas, adubo ou

⁶ “O lixo recolhido em Porto Alegre, à época daqueles estudos, era da ordem de 100 a 130 toneladas diárias, 90 das quais, em média, consideradas em ótimas condições para combustão” (Costa, 1983:36).

incineração. Além da comercialização de adubo foi viabilizada logo em seguida a venda de papéis, panos, ossos e latas.

Em 1938 houve a proposta de implantação da coleta noturna na cidade, formalizada através da Portaria 771, medida que “surtiu resultados tão positivos que no ano seguinte já eram inúmeras as consultas formuladas por organismos de limpeza pública de outras grandes cidades brasileiras” (Costa, 1983:47).

Entretanto, foi com o Regulamento dos Serviços de Limpeza Pública, aprovado em 1946 através do Decreto 347, que ficou estabelecido que tanto a limpeza das ruas assim como a retirada do lixo domiciliar e seu transporte passavam a ser atividade privativa da Administração, ficando explicitamente proibida a interferência de trapeiros e papeleiros. O rigor do regulamento gerou a expectativa de que acabassem os problemas decorrentes da produção de lixo, o que não aconteceu devido ao crescimento “desproporcional” da cidade, que teve sua população duplicada em aproximadamente vinte anos depois (Costa, 1983).

Nos anos cinquenta a Prefeitura de Porto Alegre recebeu duas propostas para a industrialização do lixo e abriu uma concorrência pública para aproveitamento de resíduos sólidos. Tais propostas foram oficialmente descartadas por serem consideradas muito onerosas para o poder público. Já nos anos sessenta, um acordo feito pela Divisão de Limpeza Pública com os empreiteiros responsáveis pela execução do serviço de coleta estipulou como compensação a doação do lixo para a criação de porcos (Costa, 1983).

Em 1975 o então prefeito da cidade propôs uma reestruturação criando, através da Lei 4.080, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, uma entidade autárquica com autonomia jurídica, financeira e contábil, o qual existe até hoje⁷. Essa medida resultou em um considerável acréscimo no orçamento do órgão, modificando muito o perfil dos serviços e possibilitando investimentos em trabalhos técnicos como os de despoluição que renderam ao DMLU, em 1979⁸, uma homenagem da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. De todos os serviços, os aterros sanitários foram os que receberam mais destaque por serem executados segundo uma série de princípios de engenharia, permitindo a disposição de resíduos sólidos no solo confinados à menor área possível, reduzindo seu volume e, principalmente, possibilitando a recuperação da área onde é depositado. A utilização desse método pelo DMLU foi tão satisfatória que acabou se tornando modelo para outras experiências similares (Costa, 1983).

⁷ “Ainda em 1976 o Departamento implantou, experimentalmente, a cobrança de excesso de lixo em 22 hospitais e em alguns estabelecimentos bancários, medida que foi estendida, alguns anos mais tarde, a casas de comércio e indústrias”. Tal medida rendeu muitos lucros ao departamento (Costa, 1983:63).

⁸ Ano em que foi implantada a coleta alternada e a quantidade de lixo chegou a 349.245 toneladas. Novas zonas passaram a ser atendidas, como vilas populares onde o serviço era feito gratuitamente, e outros serviços como capina e varrição manual também aumentaram (Costa, 1983:63).

Uma forma de gerenciar o lixo

No Brasil, o lixo recebeu a denominação de Resíduo Sólido segundo uma classificação de 1987 da ABNT⁹ (Associação Brasileira de Normas Técnicas), responsável por normatizar os resíduos componentes do lixo. Tal denominação vem do latim “*residuu*” que significa a sobra de determinadas substâncias, e a palavra “sólido” foi acrescentada para diferenciá-lo de líquidos e gases. Os resíduos sólidos são definidos como “todos aqueles resíduos nos estados sólido e semi-sólido que resultam da atividade da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola”. A importância dessa regulamentação é disponibilizar informações que permitem identificar riscos potenciais que os resíduos sólidos, principalmente os industriais, possam oferecer ao meio ambiente e à saúde pública, viabilizando a elaboração de medidas relacionadas ao seu manuseio e destinação final (Bidone, 1999:1).

De acordo com Bidone, os resíduos que constituíram o que se conhecia como lixo foram por muito tempo compostos principalmente de matéria orgânica, o que não acarretava grandes impactos ao meio ambiente. No entanto, esse quadro foi revertido após o grande aumento da densidade populacional e da forte industrialização, fatores que influenciaram diretamente o crescimento de resíduos e o “processo contínuo de deterioração ambiental”. Assim, a geração de resíduos deve ser pensada levando-se em conta fatores culturais como “nível e hábito de consumo, rendas e padrão de vida das populações, fatores climáticos características de sexo e idade dos grupos populacionais” (Bidone, 1999:9).

Bidone afirma que a “solução para o problema [dos resíduos] passa necessariamente pela definição de um programa de gerenciamento geral de resíduos, com ênfase para a redução de geração na fonte, reutilização e reciclagem, com efetivo aproveitamento”. Além disso, o autor aponta para a necessidade de se considerar soluções baseadas em “princípios de educação ambiental da população”, os quais devem estar integrados a medidas técnicas e ambientais (1999:10).

E parece haver sido com base nesse tipo de proposição que as autoridades responsáveis desenvolveram em Porto Alegre uma variedade de projetos que constituíram o chamado “Projeto Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos” e também o “Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento”. O que não significa que a concepção do gerenciamento do lixo direcionado para seu reaproveitamento visando solucionar, assim, o problema do seu aumento, não estivesse presente em outros governos municipais passados, pois é justamente o contrário que podemos verificar em Costa (1983). Entretanto, há alguns

⁹ Trata-se da NBR (Norma Brasileira Registrada) 10.004 – Resíduos Sólidos – Classificação.

aspectos especialmente enfatizados na perspectiva empregada pela Administração Popular para tratar dos temas em torno do lixo como veremos a seguir.

Então, para a elaboração das diretrizes do “Projeto Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos” e do “Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento”, a Administração Popular baseou-se em questões técnicas sobre gerenciamento, classificação, acondicionamento, tratamento, destino final, etc. Como uma das primeiras justificativas basilares do Plano Diretor está “os graves problemas ambientais presentes nos centros urbanos, que durante décadas não foram tratados como prioridade”, o que demonstra que os investimentos anteriores na limpeza da cidade foram insuficientes. Um dos pontos ressaltados é que a busca de soluções para se tratar do problema por muito tempo foi pensada a partir de suas conseqüências e não na sua origem. Outro ponto é a limitação financeira enfrentada pelas administrações municipais passadas. Por isso, o governo municipal reforçava a idéia de que o gerenciamento do lixo deveria estar respaldado em “princípios de educação ambiental, principalmente no que se refere ao trabalho junto à população, visando uma alteração da relação de responsabilidade quanto ao lixo, levando também para junto do gerador a construção da solução” (DMLU, 1993*)¹⁰.

Faz parte do Projeto de Gerenciamento Integrado a Coleta Seletiva, implantada na cidade em 1990, realizada a partir do “lixo ordinário domiciliar”, ou seja, dos resíduos sólidos produzidos em imóveis, residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos (Art.4º, Lei 234/90). Esse se distingue do “lixo público”, que compreende os resíduos sólidos provenientes dos serviços de limpeza urbana executados nas vias públicas (Art.3º, Lei 234/90), e que por ser constituído principalmente por materiais inertes, é destinado para um aterro específico, não sendo necessária sua colocação no aterro sanitário (DMLU, 1993). O lixo domiciliar é classificado em dois tipos de acordo com o artigo 12, inciso III, da Lei 234/90 (do Código Municipal de Limpeza Urbana): “lixo orgânico”: restos de cozinha, de jardim, papel higiênico, guardanapos de papel, lenços de papel e absorventes, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, tocos de cigarro e cinza; e “lixo seco”: vidros (quebrados ou não), papel e papelão, metais, plásticos, restos de tecido, restos de madeira. Assim, a Coleta Seletiva é aquela que recolhe especificamente o lixo seco.

A Coleta Seletiva foi implantada pela primeira vez no Bairro Bom Fim e tinha como *slogan* “dê um bom fim ao seu lixo”. Desde então, o DMLU começou a investir em “educação ambiental” e “conscientização” da população com o objetivo de que cada “cidadão” separasse “na origem”, ou seja, em casa, o lixo seco do lixo orgânico, pois tal tarefa é compreendida como fundamental para o êxito do projeto (Andrade; Guerreiro, 2001).

¹⁰* “Os caminhos do lixo da origem ao destino final” (DMLU, 1993; documento sem numeração de página).

Cabe mencionar que não faz parte da idéia original do projeto da Coleta Seletiva a concessão, por parte do governo municipal, de incentivos econômicos para quem realiza a classificação dos resíduos na origem, diferentemente de outras cidades que implantaram o sistema (Andrade; Guerreiro, 2001). Por isso a ênfase na educação ambiental, em uma “mudança de hábitos” das pessoas em geral, e na conscientização de que cada um é ao mesmo tempo “gerador do problema” e “parte integrante da solução”.

Todas essas medidas relativas às formas de gerir a limpeza da cidade fazem parte da perspectiva à qual o lixo foi enquadrado, uma visão “ambientalizadora” capaz de transformá-lo numa nova questão pública. Conforme Lopes (2004:19-20), o processo histórico de “ambientalização” implica simultaneamente “transformações do Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer)”. Isso estaria relacionado a alguns fatores, sendo um deles a questão da educação ambiental como “novo código de conduta individual e coletiva”¹¹. Nesse sentido, é através da educação ambiental, enquanto atividade escolar ou paraescolar e difusão através dos meios de comunicação de massa, capaz de fornecer “normas” e “códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos”, que se dá a ambientalização como “processo de interiorização de comportamentos e práticas” (Lopes, 2004:27). Contudo, a difusão de um “novo comportamento público, que passa por normas de conduta individuais, só se torna possível pela formação de um campo específico de educação ambiental”, com novos especialistas, disciplinas escolares e um circuito editorial (Lopes, 2006:46).

Paralelo ao sistema de Coleta Seletiva, e complementar a ele, o DMLU desenvolveu o projeto das Unidades de Triagem, chamado inicialmente de Unidades de Reciclagem. Com isso, o lixo seco recolhido através da Coleta Seletiva passava a ser destinado diretamente às Unidades de Triagem — que no ano de 2007 chegaram a um total de treze espalhadas por diversas regiões da cidade— e o lixo orgânico e os resíduos não aproveitados pelas Unidades eram enviados para os aterros sanitários. A concepção desse projeto iniciou conjuntamente com a recuperação ambiental do antigo lixão da Zona Norte, em 1990, como um trabalho de organização dos catadores que lá se encontravam diariamente esperando pelas cargas dos caminhões da coleta. Dessa forma, um número de aproximadamente trezentas pessoas transitava no local acarretando riscos e possibilidades de acidentes. Segundo DMLU (1993), o projeto das Unidades de Triagem foi baseado em “tecnologia simples” com o objetivo de

¹¹ Lopes (2004) cita, ainda, mais quatro fatores: 1) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX; 2) os conflitos sociais no nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; 3) a questão da participação; 4) a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos.

viabilizar a separação manual dos resíduos e de um “trabalho integrado” com grupos organizados de catadores e papeleiros, e que possibilitasse o seu “resgate social”.

De acordo com Andrade e Guerreiro (2001), o projeto das Unidades incorporou o trabalho com grupos de papeleiros e catadores que já estava em andamento alguns anos antes, em certos pontos da periferia da cidade, com o apoio de congregações ligadas à Igreja Católica¹². As autoras revelam que das trezentas pessoas que iniciaram no projeto do DMLU na Unidade da Zona Norte (Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte), apenas sessenta continuaram trabalhando, pois o restante não teria conseguido se adaptar à nova forma de trabalho.

O aterro sanitário é definido pelo DMLU (1993) como um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, que permite uma confinamento do lixo segura em termos de proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Para assegurar o projeto, sua instalação e operação são estabelecidas exigências quanto à “localização, segregação e análise de resíduos, monitoramento, inspeção, fechamento da instalação e treinamento de pessoal”. Já o modelo de gerenciamento anterior utilizava como critério básico de localização dos lixões “o baixo valor imobiliário ou a aparente inutilidade da área”, o que resultava em danos locais.

Além da Coleta Seletiva, dos aterros sanitários e das Unidades de Triagem, o Projeto Integrado também inclui o gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde e dos resíduos industriais; a construção de centrais de entulhos e podas para o recolhimento de entulhos da construção civil visando seu aproveitamento futuro em regularizações topográficas e outros fins; e uma unidade de reciclagem e compostagem da matéria orgânica (DMLU, 1993).

O governo municipal de Porto Alegre apresenta uma posição privilegiada no debate público sobre a questão do lixo por ser ele um dos grandes veiculadores do tema, desenvolvendo políticas públicas que possuem um alto grau de visibilidade. Para Oliveira (1995), pode-se dizer que houve uma institucionalização, por parte do DMLU, de um referencial ambientalista que passou a exercer um papel de diretriz orientadora da ação governamental na área de limpeza urbana, o qual visava construir uma nova imagem para os serviços de limpeza urbana além de um novo status hierárquico dentro do quadro dos serviços administrativos.

Através de sua pesquisa, Oliveira (1995) considera que a partir da metade da década de sessenta pode se perceber uma associação entre questão ambiental e problemas oriundos da produção e tratamento do lixo, estando cada vez mais presente nos relatórios anuais do

¹² Conferir Devos (2007) sobre o trabalho de papeleiros e catadores, e sua ligação com congregações ligadas à Igreja Católica, nas ilhas do Delta do Jacuí.

serviço de limpeza da cidade. Para o autor, esse período se caracteriza como marco temporal, assinalando o surgimento de uma “ecologização” de serviços e de um referencial ambientalista ligado à limpeza urbana. Até então, os referenciais dominantes nesse âmbito eram saúde pública e saneamento do meio, logo, o “problema-lixo” era visto conforme essas categorias e não como um problema ambiental, da mesma forma que a limpeza urbana consistia em um serviço através do qual se fazia o controle da higiene e salubridade da cidade. O autor destaca, ainda, que essa redefinição do problema-lixo não ocorreu de forma imediata e tampouco em contraposição à noção de saneamento do meio. Mas a partir desse período o que se pode notar é uma certa mudança não só na definição do papel dos serviços de limpeza urbana como também em relação às fronteiras institucionais destes com o chamado “ambientalismo de Estado” (Oliveira, 1995:178).

A emergência dessa visão, no caso de Porto Alegre, coincide com aquilo que Lopes (2004; 2006) assinalou como o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX, um dos fatores relacionados ao processo de ambientalização. De acordo com o autor, tal fenômeno teria sido desencadeado pela conferência da Organização das Nações Unidas de Estocolmo em 1972, cujo tema era o meio ambiente¹³.

O DMLU e o Loteamento Santa Terezinha (ex-Vila dos Papeleiros)

Para DMLU (1993), existe uma diferenciação entre catadores e papeleiros. Os primeiros “vivem da exploração do lixo, quer em lixões ou associações organizadas”, e os segundos “perambulam pela cidade com seus carrinhos que, na maioria das vezes, pertencem aos donos dos depósitos para os quais eles trabalham”. Conforme o DMLU, a organização dessas pessoas que “cumprem um importante papel do ponto de vista ambiental” era necessária não só para “reverter o processo de exploração que este tipo de mão-de-obra

¹³ No Brasil, esforços nesse sentido foram promovidos ainda no regime militar, em 1981, com a sanção da lei sobre Política Nacional de Meio Ambiente. A promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988, incluindo um capítulo sobre meio ambiente, a conferência sobre Meio Ambiente da ONU no Rio de Janeiro, em 1992 (chamada Rio-92 ou Eco-92) e a criação de uma lei que prevê crimes ambientais e fortes penalidades para esses, em 1998, também reforçaram a constituição do processo de institucionalização do meio ambiente. Por fim, uma série de normatizações derivadas da classificação de substâncias nocivas e procedimentos perigosos, que se transformou em normas federais enquanto resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente em 1996 e 1997 ampliaram a visibilidade do meio ambiente como uma questão pública (Lopes, 2004; 2006).

sofre”, mas também para “evitar os problemas causados pela triagem de materiais nas vias públicas, em parques ou embaixo de viadutos e pontes”¹⁴.

Uma grande concentração de papeleiros estava reunida na antiga Vila dos Papeleiros, localizada em uma região central de Porto Alegre, composta de aproximadamente duzentas famílias que trabalhavam, em sua maioria, com a coleta e/ou triagem de material reciclável. As moradias precárias e a falta de serviços básicos como luz elétrica, água encanada e saneamento básico motivaram os moradores a reivindicar melhores condições de moradia até que a Prefeitura Municipal incorporou a área da Vila em um grande projeto de urbanização denominado “Projeto Entrada da Cidade”. Com a execução do empreendimento o local foi transformado em um conjunto habitacional popular chamado Loteamento Santa Terezinha cujas obras foram finalizadas no primeiro semestre de 2007. E seus moradores, em geral, continuaram a trabalhar com material reciclável.

Assim, no plano de urbanização da Vila dos Papeleiros constava também a criação de duas Unidades de Triagem próximas ao Loteamento destinadas especificamente para o emprego da mão-de-obra dos moradores. No entanto, o modelo proposto pelo DMLU não foi considerado adequado por parte dos próprios moradores, pois muitos deles possuíam meios próprios para aquisição e coleta de resíduos, e nas Unidades o trabalho consiste unicamente a triagem do material obtido através da Coleta Seletiva. Para o DMLU (1991), essa seria uma forma de se proporcionar melhores condições de trabalho aos papeleiros que manuseariam um material mais limpo, possibilitando também a realização de um trabalho cujo objetivo era desenvolver a noção de coletividade entre eles.

A organização dos papeleiros está baseada na autogestão dos papeleiros, livrando-os do jugo dos donos de depósitos, e permitindo que comercializem diretamente com as indústrias. A triagem dos materiais deverá ser realizada em galpões, acabando com o individualismo e favorecendo o espírito cooperativo, para que na hora da venda, sejam alcançados preços mais elevados (DMLU, 1993).

A visão de que a organização dos papeleiros deveria se dar de forma coletiva e cooperativa se justificava, desde a perspectiva do DMLU, pelo fato de “os papeleiros”, em “quase sua totalidade”, dependerem dos donos dos galpões. Esses cumprem um papel de atravessadores de material reciclável, comprando dos papeleiros e revendendo para indústrias ou atravessadores maiores.

¹⁴ Essa situação tem multa prevista no capítulo VIII (“Dos Atos Lesivos à Limpeza Pública”), Art. 43, inciso II da Lei 234/90. E a coleta regular, transporte e destinação final do lixo ordinário domiciliar são de exclusiva competência do DMLU de acordo com o Art.11 da mesma lei, sendo prevista multa para o seu descumprimento. Entretanto na prática, segundo dados obtidos em campo, em nenhum dos casos as multas parecem ser aplicadas.

Na área ocupada pelo assentamento subnormal, existem quatro grandes galpões de resíduos para os quais trabalham a quase totalidade dos triadores e catadores identificados. Há uma relação de dependência total aos donos destes galpões, que em muitas situações além do vínculo da atividade econômica, ainda fornecem a moradia¹⁵ e a alimentação de muitos triadores (DEMHAB, 2002:32).

A forma como a administração municipal demonstrava entender as relações entre os papeleiros e os donos dos galpões era resultado de uma concepção homogeneizante das relações entre aquelas duas partes, excluindo a possibilidade de existirem outras relações que não apenas as de dependência. Essa noção do papeleiro como explorado ou subjugado, e do dono de depósito como o explorador, dificultava a possibilidade de outras compreensões acerca de tais relações emergirem.

Para uma parte dos papeleiros, a forma de organização e trabalho das unidades consistia em desvantagens, pois a coleta de resíduos é muito importante para o papeleiro uma vez que é nessa etapa que ele tem a possibilidade de ampliar sua rede de contatos e desenvolver laços. No Loteamento Santa Terezinha existem os papeleiros que coletam nas ruas e também os papeleiros que possuem “pontos de coleta”, estabelecimentos comerciais que guardam os resíduos e doam para os papeleiros (diariamente ou semanalmente, dependendo do acordo). Assim, os papeleiros que conseguem pontos de coleta têm uma certa segurança no que se refere à aquisição de resíduos, ao contrário daqueles que dependem da sorte das ruas. Portanto, a interação e convivência com diferentes pessoas no dia-a-dia se traduzem em diferentes vantagens como, por exemplo, o aparecimento de outros serviços, a troca de presentes, etc., ou seja, oportunidades que deixariam de surgir caso o papeleiro não transitasse por diferentes espaços, públicos e privados¹⁶. Além disso, a divisão dos lucros da unidade entre todos em partes iguais era vista por muitos papeleiros como algo injusto, pois consideram que sempre há pessoas que trabalham mais do que outras.

Então, houve a elaboração de uma proposta pelos moradores que consistia na criação de um “galpão diferenciado”, um espaço que combinasse o modelo das Unidades de Triagem e as formas com as quais eles já trabalhavam. A proposta foi implantada, mas sustentou-se apenas por um período. Com o tempo, o galpão diferenciado, localizado na Rua Paraíba, passou a abrigar os papeleiros que coletam através de seus próprios meios, e o outro galpão da Avenida Voluntários da Pátria, construído logo depois, passou a funcionar exatamente de acordo com o modelo das Unidades de Triagem e foi chamada de AREVIPA.

¹⁵ Quanto à “propriedade” das habitações na Vila dos Papeleiros, segundo DEMHAB (2002:31) 157 (77,60 %) construções eram das famílias que moravam ali e 45 (22,40%) eram moradias dos donos dos galpões cedidas para famílias com as quais trabalhavam.

¹⁶ Sobre questões relacionadas especificamente às formas de trabalho dos papeleiros ver Caballero (2008).

Na AREVIPA

A Vila dos Papeleiros possuía há alguns anos uma Associação chamada AREVIPA (Associação dos Recicladores Ecológicos da Vila dos Papeleiros), a qual não mudou de nome mesmo após a construção do Loteamento Santa Terezinha. A Unidade de Triagem, fundada há aproximadamente três anos, quando recém iniciadas as obras do Loteamento, possui não apenas o mesmo nome da associação, mas também a mesma diretoria. Os principais responsáveis pela coordenação da Unidade são seu Antônio (presidente), dona Paraguaia (vice-presidente) e seu Jorge (tesoureiro).

Seu Antônio é presidente da associação faz alguns anos, antes dele houve um ou dois presidentes, mas depois que ele ocupou o cargo não apareceram outros candidatos, “ninguém queria pegar”, disse ele. Há aproximadamente três anos deixou de trabalhar como papeleiro regularmente. Vez por outra ainda “puxa carrinho” (expressão usada pelos papeleiros para se referirem à coleta), ao contrário de dona Paraguaia e seu Jorge, que desde que entraram para a Unidade (chamada geralmente pelos moradores de “reciclagem”) deixaram de puxar¹⁷.

A Unidade AREVIPA fica a alguns metros do Loteamento. Diariamente, caminhões da Coleta Seletiva vão ao local e desde o lado de fora, despejam suas cargas dentro de uma grande janela onde os resíduos permanecem até serem classificados¹⁸. O espaço ocupado pelos resíduos é delimitado por uma cerca e, na medida em que a triagem vai sendo realizada, os resíduos vão sendo retirados por alguns orifícios na própria cerca. Ao lado de cada orifício há uma mesa, três ou quatro ao todo, onde o material é colocado e os trabalhadores vão separando tudo¹⁹. O papel é dividido basicamente em cinco tipos: branco, misto, jornal, papelão e *tetra-pak* (material composto por papelão e alumínio usado, geralmente, em

¹⁷ É importante mencionar que desde que integraram a associação (por volta de sete anos), seu Antônio e dona Paraguaia sempre participaram ativamente enquanto lideranças comunitárias nos fóruns públicos onde se discutem questões sobre habitação popular. Durante anos, os dois reivindicaram melhores condições de moradia para a população fixada de forma irregular na área conhecida como Vila dos Papeleiros, freqüentando reuniões e encontros com políticos locais, órgãos municipais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e também o Orçamento Participativo (OP). Seu Antônio ganhou projeção pública na cidade, sendo mais conhecido como “Antônio Papeleiro”, um personagem que ele diz ter surgido com sua militância. Ele estabeleceu laços e contatos com diferentes grupos e pessoas, e devido a esses, fez até uma viagem à França em 2003, convite de uma ONG para participar de um Fórum Regional sobre políticas públicas e participação popular. Por causa do trabalho, às vezes seu Antônio não podia comparecer a alguns compromissos relacionados ao movimento popular e quando comparecia, dependendo do horário, tinha que providenciar para que alguém puxasse carrinho no seu lugar.

¹⁸ Lixo seco, material reciclável e resíduos sólidos devem ser entendidos como sinônimos. A população em geral se refere com mais freqüência ao lixo seco para distingui-lo do lixo orgânico (restos de comida); material reciclável é mais usado pelos papeleiros, que geralmente dizem apenas “material”; e resíduo sólido é mais recorrente no âmbito institucional, em documentos do DMLU e nas narrativas dos servidores. Porém, utilizo as três expressões alternadamente para evitar repetições excessivas.

¹⁹ A maioria dos trabalhadores não gosta de usar luvas ou qualquer forma de proteção para as mãos, pois acusam a perda de sensibilidade como principal razão, estando, por isso, expostos a qualquer sorte de acidentes decorrente do contato com os resíduos.

embalagens “longa vida” de sucos, leite, etc.). Das mesas o papel é colocado em grandes bombonas de plástico, o que significa que cada bombona armazena um tipo de papel, e depois todos os diferentes tipos vão diretamente para prensa onde serão devidamente enfardados. São as mulheres, em maior número, que participam da etapa de triagem. Os poucos homens dentro do galpão trabalham, geralmente, na prensa, carregando as bombonas ou realizando outras tarefas que demandem mais força física.

O plástico recebe um tratamento um pouco diferente. Das primeiras mesas vai para outra onde há uma pessoa especificamente encarregada de classificar os cerca de vinte e cinco tipos desse material. Tal pessoa precisa conhecer todos eles para realizar a separação e em caso de dúvida deve recorrer à dona Paraguaia ou a seu Jorge. Se em um fardo de papel branco, que pesa entre cento e cinquenta a duzentos e cinquenta quilos em média, for encontrado um resquício que seja de papel colorido, esse passa a ser avaliado pelo preço do colorido, o qual é significativamente inferior ao do branco. Por isso a necessidade de tanto rigor na classificação. De acordo com seu Jorge, o comprador com o qual trabalham atualmente já “nem revisa mais” os fardos feitos pela AREVIPA, pois já confia no trabalho deles, sabe que “trabalham bem”. Caso não existisse essa confiança, o comprador revisaria fardo por fardo.

Dona Paraguaia disse que estão mais acostumados a trabalhar com “pacote”, isto é, vender todo material para um mesmo atravessador para conseguir um preço melhor. Contudo, o vidro (“cacos”), a sucata e o isopor são vendidos fora do pacote, pois nem todos os compradores trabalham com essas três “qualidades”.

Certo dia, presenciei na reciclagem aquilo que, para mim, parecia um atravessador comprando vidro. Havia um caminhão sendo carregado e alguns rapazes que separavam por cor, forma e rótulo um gigantesco número de garrafas, a maioria de vinho. Outro rapaz levava as garrafas para o caminhão. Era uma pessoa que trabalhava para o comprador de vidro, mas ao perguntar se ele “trabalhava para o atravessador”, imediatamente corrigiu-me e disse “micro-empresário”. Pedi, então, para que os diferenciasse. Segundo ele, atravessador é aquele que trabalha de forma “ilegal” diferentemente do micro-empresário, que supostamente cumpre todos os requisitos legais para o exercício da sua atividade. Não sabia disso, usei a palavra por ouvir papeleiros falando com frequência em atravessador e nunca em micro-empresário. Mais tarde, comentei a situação com seu Jorge que confirmou: “eles não gostam de serem chamados de atravessador”.

Após o esclarecimento, o rapaz falou um pouco sobre compra e venda de vidro. Disse que determinados tipos de garrafas não são reutilizadas porque foram feitas apenas para uma safra específica de vinhos, não sendo reaproveitadas pelas vinícolas. Essas, “só olhando”

para saber quais são. Ele olhou para aquelas que já estavam encaixotadas e foi dizendo os valores de cada modelo. De todos os valores mencionados o mais alto era dez centavos a unidade. Em cima desse valor, explicou que ainda tem o “custo de lavagem e esterilização” de cada uma, um “custo alto” segundo ele. As garrafas em mau estado são quebradas ali mesmo e vendidas como “caco”, por peso, baixando bastante seu preço.

Seu Jorge contou que os compradores com os quais a AREVIPA trabalhava estavam pagando muito pouco não só pelo vidro, mas por todos os materiais, em geral. Disse que o DMLU não se envolve com a venda, pode até fornecer uma tabela de preços, mas cada Unidade escolhe e decide com quem trabalhar. E foi com base numa tabela de outro depósito com preços mais altos, que a diretoria da AREVIPA propôs uma reunião para conversar com seu comprador, o que resultou num “emparelhamento” dos preços. Para seu Jorge, não vale a pena para o comprador perder um cliente que trabalha com grande quantidade de material e que, justamente, pelo fato de ser cliente o seu trabalho já é conhecido. Além disso, o depósito desse comprador fica quase em frente à AREVIPA, o que torna os gastos com o transporte do material irrisórios. Somando todos esses motivos, o comprador acabou subindo os preços, mas ele “sobe até onde pode”. Conforme seu Jorge, em alguns períodos o preço de certos materiais oscila muito porque essa é uma forma de “chamar clientela”. Então, numa semana o preço do papel misto, por exemplo, está alto num determinado depósito e a AREVIPA resolve mudar de comprador passando a vender para esse que tem melhor preço. Mas na semana seguinte esse mesmo depósito pode baixar o preço. Seu Jorge alertou que também pode aparecer um comprador com um preço mais alto, mas que “tira na balança”.

Todos esses são motivos que aparecem justificando uma relação de clientela entre a AREVIPA, que dispõe de material reciclável para vender, e os atravessadores ou depósitos compradores. Entre as explicações, não somente de seu Jorge, o que aparece como mais vantajoso tanto para quem vende como para quem compra é trabalhar sempre, ou enquanto possível, com as mesmas pessoas, pois assim se abre a possibilidade de negociar e estabelecer algumas vantagens para ambas as partes.

Dona Paraguaia e Seu Jorge avaliam que a renda entre as pessoas que trabalham na reciclagem melhorou depois que duas funcionárias do DMLU passaram a “fiscalizar as cargas” diariamente. Por conta dessa medida temporária, que iniciou no mês de julho de 2007 (podendo se estender por cerca de mais alguns meses), estavam recebendo de três a quatro “cargas boas” por dia, o que fez com que a renda semanal de cada um passasse de uma média

de sessenta reais por semana para cem reais por semana²⁰. O pagamento é realizado semanalmente e os rendimentos derivados da venda do material são divididos igualmente entre todos os membros da Unidade AREVIPA. A questão dos rendimentos é uma das principais causas da grande rotatividade na unidade, pois se os trabalhadores consideram que não estão “ganhando bem”, deixam o trabalho.

Em julho de 2007 a unidade era composta por aproximadamente vinte e cinco pessoas, e Dona Paraguaia disse que pretendiam abrir vaga para mais cinco. Entretanto, tal medida depende dos ganhos alcançados com a venda do material e os ganhos, por sua vez, dependem das cargas recebidas diariamente, de sua quantidade e qualidade. Pode acontecer de o DMLU mandar várias cargas durante o dia, mas parte dessas ser proveniente da coleta de bairros com população de baixa renda ou de bairros onde há poucos estabelecimentos comerciais, o que significa material de menor qualidade.

De acordo com informações obtidas no DMLU, há um planejamento semanal para que a divisão de cargas da Coleta Seletiva seja feita igualmente entre todas as catorze Unidades. Entretanto, dona Paraguaia diz que na prática não é exatamente isso que acontece, considera que as relações pessoais estabelecidas diretamente com os membros da diretoria do DMLU influenciam nessa divisão sendo preciso, muitas vezes, reclamar para que a distribuição seja revista. Mas dona Paraguaia também chama atenção para a forma como é realizada a triagem do material. Ela contou que antes a AREVIPA não aproveitava bem o material que lhe era destinado simplesmente porque não classificava uma parte dos resíduos ou os classificava como “resto”, muita coisa “ia para o lixo”. Atualmente esse quadro mudou, trabalham com vários tipos de material que antes não passavam pela etapa da triagem, como copos descartáveis, sacolas de plástico e outros que por apresentar baixo valor apenas em grandes quantidades tornam-se atraentes para a comercialização.

O DMLU e os papaleiros

Após quatro mandatos consecutivos, a Administração Popular não conseguiu se reeleger nas últimas eleições municipais (2004) e o partido vitorioso foi o PPS (Partido Popular Socialista). Com isso, uma nova fase se iniciava na administração municipal e muitos dos projetos e propostas elaborados durante o período da chamada Administração Popular sofreram modificações ou foram tratados segundo outras perspectivas. No caso dos

²⁰ Segundo informações obtidas no DMLU essa é uma medida tomada quando os rendimentos da unidade estão muito fragilizados. Então, o DMLU desloca funcionários para a unidade para que seja feito um acompanhamento mais de perto até que os rendimentos sejam estabilizados.

projetos relacionados ao gerenciamento dos resíduos sólidos, houve continuidade e também algumas modificações, o próprio DMLU foi submetido a uma reestruturação e houve mudança de quadros.

De acordo com o atual diretor da Divisão de Projetos Sociais, Reaproveitamento e Reciclagem do DMLU²¹, o que faltava em relação às Unidades de Triagem era uma “gestão eficiente por parte deles, com relação à comercialização, forma de trabalhar, uma capacitação diferenciada com o tipo de resíduo que eles trabalham”. Uma das primeiras coisas necessárias era “colocá-los de uma forma de que eles são hoje comerciantes, nada mais do que isso. Eles têm um negócio que é rentável, mas se bem gerido”. Ele argumentou que a própria Coleta Seletiva precisou ser reestruturada, pois antes a baixa renda das unidades devia-se supostamente à insuficiência de resíduos, tanto que após tal reestruturação, a coleta teria aumentado em aproximadamente cinquenta por cento.

Para o diretor, como os integrantes²² das unidades trabalham de forma cooperativada, onde a produção é o que define a renda de cada um, eles deveriam se “envolver” mais com o trabalho para que sua renda pudesse melhorar, afinal, quanto maior a produção maior a renda. Assim, quando chegou ao DMLU, em março de 2005, considerava que “faltava uma forma de gestão”, “uma maneira de trabalhar”, “um envolvimento maior dessas pessoas que trabalham dentro desses galpões. Antes era assim, era um bico: ‘eu trabalho com faxina... [...] se eu tenho uma programada que eu faço há dois meses...’ trabalhavam lá, mas se tivessem uma outra coisa pra fazer...”.

O compromisso do DMLU com as unidades, desde sua concepção, é de coletar os resíduos, entregá-los, retirar o rejeito (aquilo que não é aproveitado), capacitar os trabalhadores. E a gestão interna deve ser definida e executada pelos próprios membros da unidade, eles mesmos escolhem o presidente, secretário, tesoureiro, etc. e definem questões acerca do trabalho. Portanto, até há uma margem para que as ações do DMLU influenciem e interfiram em algumas questões relacionadas à organização interna, mas quem determina, estabelece e reproduz essas questões deve ser a própria coordenação da unidade, ou seja, seus integrantes.

Devido ao aumento da quantidade e da qualidade de resíduos, o diretor da Divisão de Projetos Sociais afirmou que a renda média das unidades tinha alcançado, na época da entrevista, em torno de quatrocentos reais. Para ele, os fatores que teriam levado a essa elevação da renda eram o aumento da quantidade de resíduos destinados aos galpões, a melhor qualidade dos resíduos e o cadastramento de grandes “geradores”. Esses consistem

²¹ Por ser esse um cargo político, também conhecido como “CC”, que significa Cargo de Confiança, é comum que a pessoa que o ocupe mude conforme o partido que está no poder.

²² Segundo Jairo 80% das pessoas que trabalham nas unidades é composta por mulheres.

em instituições que geram consideráveis quantidades de material reciclável e que, por isso, o DMLU solicita sua colaboração num “projeto social” já que os resíduos, tecnicamente, são do proprietário até que sejam colocados na via pública. A partir disso é que passam a ser de responsabilidade do DMLU. Acima de uma determinada quantidade de resíduos há uma coleta especial que tem uma taxa maior do que a da coleta regular e seletiva, o que colabora para que esses grandes geradores, muitas vezes, acabem comercializando os próprios resíduos para não terem nenhum ônus. Então, aqueles dispostos a colaborar com o DMLU doam o material reciclável o qual é destinado diretamente para as Unidades. Desde o ponto de vista financeiro, a colaboração desses geradores é fundamental para a manutenção das Unidades, pois eles contribuem principalmente com materiais de preço mais elevado: papel branco, papelão, pet e alumínio.

O diretor comparou o DMLU da gestão municipal anterior com o da gestão atual e disse que via no relacionamento com as Unidades de Triagem a principal diferença entre elas. Afirmou que antes havia falta de “união” entre as unidades e muitos conflitos em função das cargas da Coleta Seletiva e seu destino, quadro que teria mudado em sua gestão. Disse também que o objetivo das unidades não deveria ser apenas a separação dos resíduos encaminhados pelo DMLU, mas também o estabelecimento de convênios com outras instituições e captação de recursos para a unidade o que envolveria mais seus membros. Para isso, acredita que o estabelecimento de regras, de uma forma de organização semelhante a uma empresa, cria um “vínculo” entre os integrantes e permite que o DMLU tenha mais controle sobre a Unidade.

A idéia de “organizar” as pessoas que catavam no lixão, as quais trabalhavam até então sem uma organização ou, talvez, segundo outras formas de organização, é um dos aspectos centrais da criação das Unidades de Triagem. No entanto, na visão da Administração Popular a catação no lixão ocorria de “modo desordenado” e graças a um “intenso trabalho deu lugar à atividade desenvolvida de acordo com critérios de funcionamento, iniciando com o cadastramento dos catadores, regulamentação da entrada, saída e permanência na área, limitação da idade de acesso para catorze anos, e regularização do comércio dos materiais recicláveis” (DMLU, 1993*).

Todo esse processo de organização e criação de uma disciplina incidiu numa forma de controle sobre aquelas pessoas que trabalhariam não apenas nos lixões segundo algumas regras definidas pelo DMLU, mas também, mais tarde, nas próprias Unidades de Triagem, as quais estão supostamente baseadas em princípios de autogestão²³. Entretanto, o que se

²³ Segundo Foucault (1977), a disciplina fabrica “corpos dóceis”, “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. A disciplina tem

percebe através da fala do diretor, especificamente, é que a noção de autogestão dos integrantes da unidade tem que ser compatível com a do gestor público e/ou do governo.

Na opinião de um servidor da prefeitura que trabalha no DMLU, a idéia da Administração Municipal quando concebeu o projeto do conjunto habitacional Santa Terezinha era fazer também “um trabalho de preparação” com os moradores, “uma disciplina da higiene”, caso contrário apenas se “transfere o problema, não se resolve nada”. De acordo com esse servidor, na planta do projeto estava prevista, inclusive, uma guarita onde deveria ter um guarda municipal que permitisse apenas a entrada de carros proibindo a entrada dos carrinhos dos papeleiros, o que evitaria a entrada de grandes quantidades de resíduos em uma área estritamente residencial (algo muito comum na Vila dos Papeleiros antes da urbanização). Trata-se de “detalhes”, mas “só o fato de haver um guarda na guarita, não faz uma grande diferença, mas que tu sente alguma coisa, tu sente”, disse ele.

Mesmo sem a construção da guarita algumas regras relacionadas à limpeza e organização do conjunto habitacional foram indicadas aos moradores, entre elas a proibição da entrada de carrinhos e do armazenamento de resíduos no espaço domiciliar. Contudo, entre maio e junho de 2007 já era possível ver alguns moradores carregando seus carrinhos e até selecionando material em frente de casa.

As idéias de organização e disciplina presentes no modelo das Unidades de Triagem — modelo esse que visualiza nas regras uma imagem de funcionamento e sucesso do trabalho e, conseqüentemente, de rendimentos financeiros — que antes não faziam parte da forma de trabalho dos catadores é uma das razões pelas quais muitos não se adaptam, preferindo o trabalho por conta própria ou mesmo o trabalho com carrinho emprestado de algum depósito.

Uma servidora da Prefeitura Municipal que trabalhou no DMLU e teve contato diretamente com a Unidade de Triagem diferenciada da Vila dos Papeleiros, considera que os papeleiros que se engajaram na Unidade de Triagem não tinham outra alternativa. Nunca houve um grande número de trabalhadores na Unidade, chegando por volta de no máximo trinta, quarenta pessoas. Ela citou ter percebido “uma idéia de liberdade” entre os papeleiros que considera estar relacionada com o próprio jeito de viver e trabalhar dessas pessoas, por serem “trabalhadores informais devido a questões de escolaridade, falta de vínculos afetivos, emocionais...”. Disse que muitos até têm famílias, “mas são famílias desestruturadas por questões de drogas, alcoolismo... por falta de esperança até, também, por abandono social, abandono da família, abandono do estado, abandono da sociedade...”. Trata-se de uma

como uma de suas primeiras operações a “constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (1977:127).

questão relativa à forma de trabalhar já que “numa associação ele vai receber no mínimo por quinzena, ou por semana. E no carrinho ele já recebe há todo momento. Ele dá uma volta, enche o carrinho... e já trabalhando nesse trabalho coletivo, talvez esse ganho seja semanal”.

As próprias trajetórias profissionais dos papeleiros apresentam aspectos que indicam que os trabalhadores alternaram muito de atividade antes de serem papeleiros. As trajetórias de vida também apresentam elementos que apontam para um desapego, nas minhas palavras, “uma noção de liberdade”, nas palavras da servidora municipal e um “ser andarilho” nas palavras dos próprios papeleiros. Narrativas sobre fugas de casa e de colégios internos compõem com certa regularidade parte dos relatos. Para a servidora, essa idéia de liberdade entre os papeleiros consiste em “não ter vínculos” com nenhuma instituição, nem com a família, e inclui o “ser andarilho, como eles dizem, ou responsáveis apenas por si mesmos, ou, muitas vezes, nem responsáveis por si mesmos. A gente vê nessa categoria muitos ex-moradores de rua que trabalham com resíduos sólidos”.

A forma de organização e trabalho das unidades além de significarem uma desvantagem em termos de rendimentos para muitos papeleiros, também institui o que a servidora chamou de “padrão comportamental”, definido pelos gestores como ideal para se trabalhar dentro do galpão. Dentro de uma unidade existem normas que regulam o trabalho. Segundo ela, os direitos e os deveres dos associados são estipulados por eles mesmos, mas “estimulados por nós porque fomos nós que criamos esse galpão”. Já para um papeleiro que trabalha por conta própria esse padrão é definido, ou não, por ele mesmo. De acordo com as falas de alguns papeleiros, existe a idéia de um comportamento desejável para a formação de uma imagem positiva do trabalhador e do êxito do seu trabalho. No entanto, a diferença é que essa imagem pode ser construída e manipulada por ele mesmo da forma como julga ser mais conveniente. Assim, as possíveis penalidades que possa vir a sofrer por não trabalhar segundo um ideal, construído por ele próprio, são apreendidas na prática podendo ser expressas mais na forma de desvantagens em relação aos resultados do seu trabalho do que em termos de sanções.

Em julho de 2006, foi firmado um convênio com as Unidades de Triagem para receber um repasse do DMLU de dois mil e quinhentos reais por mês. O objetivo de tal convênio é disponibilizar recursos para serem utilizados na compra de EPI (equipamento de proteção individual: luvas etc.), manutenção, aquisição de algum bem que seja necessário para executar o trabalho. O diretor da Divisão de Projetos Sociais considera que esse foi um “marco”, “um reconhecimento do trabalho que eles [pessoas que trabalham nas unidades de triagem] desenvolvem com relação ao DMLU e as Unidades de Triagem”. Ele enfatizou que essa não foi uma demanda das Unidades, mas surgiu em função de características da

administração de recursos dentro do próprio serviço público, como a morosidade gerada pelos processos de licitação, etc. Com o convênio, muitos desses trâmites são dispensados, a própria Unidade pode providenciar aquilo que necessita desde que todos os gastos sejam justificados através de prestação de contas.

Na visão desse gestor “a tendência da informalidade é acabar”, referindo-se aos papeleiros e todos aqueles que trabalham com coleta e triagem de resíduos fora das Unidades. O gestor argumenta que é “desumano ver uma pessoa puxando um carrinho com duzentos, trezentos quilos” e que antes os trabalhadores não queriam trabalhar nas Unidades porque os rendimentos eram muito baixos. No entanto, depois do aumento dos ganhos tal situação teria se modificado. Portanto, insiste no “bom gerenciamento” do lixo como “solução para geração de renda e inclusão social”. Mas dona Paraguaia disse não saber ainda qual é o “critério” usado para distribuição das cargas de lixo seco da Coleta Seletiva: “eu quero entender porque uns galpões ganham mais lixo, melhor, do que os outros [...]”. Segundo ela a distribuição é desigual embora se fale em um plano de alocação semanal dos resíduos que contempla igualmente todas as unidades.

Não apenas por considerar desumano puxar carrinho, mas também pela “concorrência” que fazem frente à Coleta Seletiva é que o gestor afirma que “a tendência da informalidade é acabar naturalmente”. Para isso conta com a “conscientização natural da população” para entregar o lixo seco à Coleta Seletiva e não aos informais e afirma que se não houvesse papeleiros o DMLU poderia coletar mais de duas mil toneladas por dia, havendo a possibilidade de criação de novas Unidades de Triagem: “Como nós temos a concorrência, entre aspas, este material me falta para que eu possa criar novos projetos”.

De fato, entre as várias formas que os papeleiros lançam mão para coletar material reciclável, está a disputa sobre o lixo seco destinado à Coleta Seletiva. Sabendo do horário que o caminhão da Coleta Seletiva passa pelos diferentes bairros, muitos trabalhadores aproveitam o fato do lixo seco estar à disposição nas calçadas para passarem antes do caminhão recolhendo os materiais mais valorizados. No DMLU, também obtive informações sobre a existência de caminhões piratas da Coleta Seletiva, com modelo e cor parecidos aos caminhões oficiais, coletam o lixo seco, o que foi qualificado como “roubo de carga”. Mas nesse caso seriam “empresários do papel”, que possuem recursos para viabilizarem esse tipo de coleta. Em função disso, o DMLU tentou estabelecer contato direto com grandes geradores com o objetivo de coletar o lixo seco diretamente, evitando a ação de interceptadores. Tendo em vista esse tipo de medida, alguns papeleiros manifestam receio em relação à possibilidade de serem proibidos, na prática, de desempenharem sua atividade, o que está relacionado com uma idéia dos gestores de organização e limpeza da cidade e do

próprio trabalho dos papaleiros, enfatizando o modelo das Unidades de Triagem como a melhor forma de trabalho por ser mais organizada e mais limpa.

Considerações Finais:

Tomando como base o trabalho de Costa (1983) podemos ver que a produção e aumento de lixo já era visto como um problema desde o começo do século XX, sendo a falta de dinheiro do município uma das principais causas do fracasso de várias tentativas para solucioná-lo. Vemos também a importância da opinião dos técnicos que propunham medidas nem tão diferentes daquelas aplicadas atualmente como, por exemplo, a transformação do lixo orgânico em adubo e a venda de latas, ossos e papéis. Porto Alegre serviu de modelo para outros lugares no que se refere aos serviços de limpeza pública assim como tomou de modelo outras cidades do mundo.

Embora diversas questões sobre o lixo já tivessem sido levantadas desde muitos anos atrás, há alguns aspectos enfatizados pela Administração Popular sobre o lixo que podem caracterizar seu governo e diferenciá-lo dos anteriores: ênfase na educação ambiental (mudança de hábitos dos cidadãos que são vistos como parte integrante do problema e da sua solução), elaboração de um projeto amplo de gerenciamento de resíduos (que considerasse o lixo desde sua origem até o seu destino final) e organização dos catadores (e aproveitamento de mão-de-obra e investimento na sua capacitação visando inclusão social e geração de renda). Isso tudo significa que o problema do lixo foi visto não apenas a partir de uma perspectiva, senão que foi tomado como um problema social, econômico e, sobretudo, ambiental.

A interferência de trapeiros e papaleiros é vista como um problema desde muitos anos atrás, tanto que ficou proibida em 1946 (Costa, 1983). Mais recentemente, ela foi tratada também como um problema quando havia uma grande presença de catadores nos lixões da cidade, até que esses foram fechados e transformados em aterros sanitários sendo proibida a catação nessas áreas. E de acordo com a visão de um dos principais gestores do DMLU na administração vigente é de que os catadores, em geral, devem se organizar e se capacitar cada vez mais, pois a informalidade estaria com seus dias contados. No caso específico dos papaleiros do Loteamento Santa Terezinha, a visão ambientalizadora da prefeitura sobre o lixo orientou, e pode-se dizer que regulou, parte de suas formas de trabalho, mesmo daqueles que não trabalham na Unidade AREVIPA.

Apesar de notarmos uma certa continuidade dos projetos ligados ao gerenciamento dos resíduos, criados na Administração Popular, na gestão atual da Prefeitura Municipal, é importante apontar um elemento que se constitui predominante em uma delas. A valorização de experiências participativas era uma das principais características da Administração Popular, o que resultava em um espaço de negociação entre o poder público e os habitantes da cidade, em geral. Essa dimensão não teria recebido a mesma ênfase na gestão atual segundo os moradores do Loteamento Santa Terezinha. Uma das formas através da qual essa avaliação se expressa entre eles, é a freqüente associação que fazem do Governo Municipal passado com os interesses populares, e do Governo Municipal atual com os interesses da classe média, “dos ricos”, “da burguesia”.

Referências

- ANDRADE, Jackeline; GUERRERO, Raquel. Unidades de Reciclagem de Porto Alegre. In: FARAH, Marta Ferreira Santos; BARBOSA, Hélio Batista (Org.). “20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania”. São Paulo: Programa Gestão Pública, 2001.
- BIDONE, Francisco Ricardo Andrade. “Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos”. São Carlos: EESC/USP, 1999.
- CABALLERO, Indira Nahomi Viana. “O Trabalho no Papel”: uma etnografia com papelheiros. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS (Dissertação de Mestrado), 2008.
- COSTA, Telmo Cardoso. “Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre”. Porto Alegre: DMLU, 1983.
- DEMHAB. “Projeto de Participação Comunitária”. Programa Habitar Brasil/BID. Porto Alegre, 2002.
- DEVOS, Rafael. “A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS”. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, PPGAS (Tese de Doutorado), 2006.
- DMLU. EQUIPE DE COLETA SELETIVA. “Projeto de Coleta Seletiva do Lixo Urbano”. Porto Alegre, 1991.

DMLU. “Os Caminhos do Lixo”: da origem ao destino final: experiência popular de gerenciamento integrado em Porto Alegre/RS. Trabalhos apresentados no I Simpósio Latino-Americano de Resíduos Sólidos em São Paulo em agosto de 1993. Porto Alegre, 1993.

ELEJALDE, Benito. Saneamento das Cidades. O lixo. In: EGATEA. Revista da Escola de Engenharia (UFRGS). Porto Alegre, vol. II, n° 1, jul/ago. 1915.

FOUCAULT, Michael. “Vigiar e Punir”: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRITSCH, Ivânea Elisabete. “Os resíduos sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais”. Porto Alegre: Fundação Escola Superior de Direito Municipal (Monografia de Especialização), 2000.

LOPES, José Sérgio Leite (coordenador). “A ambientalização dos conflitos sociais”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

_____. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. “Horizontes Antropológicos”, ano 12 n° 25, jan/jun 2006.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. “A utilização do ‘referencial ambientalista’ como justificação à implantação do sistema de coleta seletiva de lixo em Porto Alegre”. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1995.